



ATA DA IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se de forma virtual, no horário de nove horas, os membros do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Comdica, com a participação da Presidente, Maria de Fátima Figueiredo Ferreira; representante das entidades governamentais: Maria Cristina Cardoso Bezerra (Funci); Lara Picanço Menezes Mesquita (SME); Solange Rodrigues Freire (Regional III); Pâmela Paula Cruz (Regional VI). Representantes da sociedade Civil: Cícera Mapurunga (Fetrieve); Antonio Renato Gonçalves Pedrosa (TDH); Márcia Maria Pinheiro Monte (Visão Mundical); Adriano de Holanda Ribeiro (CNER); Lucia Maria Ângelo (Associação Santos Dias); Bruno de Sousa Oliveira (CEDECA); Lucas Ferreira Lima (Projeto Comunitário Sorriso da Criança); Paloma (IBLF); Aline Maglla Monteiro Rabelo (IDESC). Técnicos do Comdica: Vanessa Ferrer, Jéssica frota, Thayná Sá. Convidados: Kelly Menezes – Programa Rede Aquarela/Funci). Composição da Pauta da Reunião: Abertura; Informes externos e das comissões; Ordem do Dia: 18 de maio – Rede Aquarela; Representante para as comissões temporárias; Reapresentação do Plano de Aplicação do FMDCA (atualizado), apresentação do Relatório Gerencial do Fundo referente ao ano 2020 e Aprovação da proposta para o Plano Plurianual. A reunião teve início com a presidente dando boas vindas aos conselheiros, técnicos e convidados. Logo em seguida abriu para os informes externos e das comissões: Iniciando: comissão de cadastro: feito uma nova resolução prorrogando os prazos para aquisição e renovação dos registros das entidades no Comdica (aprovada pelo colegiado); Funci informou que o Plano Municipal Pela Primeira Infância está em processo de avaliação e realinhamento das ações. Relatório do monitoramento referente ao ano 2020, já encaminhado para o Comdica, através de ofício; outro informe foi acerca da edição dos exemplares do ECA que em breve completa um ano do início do processo e ainda não foi concretizado. Como já foi deliberado pelo colegiado do Comdica, a sugestão atual é retomar através da comissão (aniversário do ECA) criada na época, todas as pendências e concluir o referido processo. Foi também discutido que



seja atualizado o site do Comdica com a relação dos conselheiros e que seja publicada as atas das reuniões que estão em atraso. Thayná solicitou um prazo até o final de maio, esclarecendo que a Funci ainda não tem em seu quadro assessoria de comunicação. Concluído os informes a presidente iniciou a pauta do dia apresentando a Sra. Kelly Menezes, coordenadora do Programa Rede Aquarela/Funci que iniciou a apresentação das propostas para programação do Webinário 18 de maio – O enfrentamento a Violência Sexual Infanto juvenil em Fortaleza / Avanços e Desafios na Pandemia da Covid 19. Dia a ser realizado 20 e 21 de maio com os seguintes temas: Dia 20/05 Contextualização das políticas públicas no período da pandemia (Rede Aquarela, Ponte de Encontro, CREAS, atuação dos Conselhos Tutelares e a apresentação das atribuições das equipes técnicas lotadas nos Conselhos Tutelares, Saúde, Educação e Projeto Ponto de Luz do Hospital Alberto Sabin). No dia 21 está previsto o Painel de Defesa, Proteção, Responsabilização e Controle (Comdica,(decidir o tema e palestrante) Ministério Público (escuta especializada) DCECA (atendimento as vítimas e famílias) Décima Segunda Vara (apresentação do serviço). Após os debates haverá o segundo Painel com apoio as vítimas e testemunhas de violência com crianças e adolescentes. Foi sugerido pela conselheira Márcia Monte acrescentar na programação que o Comdica fale sobre a construção do Plano Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual e sobre o Comitê que está sendo criado para monitorar a escuta especializada. Thainá esclareceu que quanto ao comitê, a resolução com o nome dos membros foi publicada, porém haverá necessidade de fazer uma nova resolução acrescentando o nome de representantes da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã, solicitação já aprovada pelo colegiado do Comdica. Neste momento Bruno solicitou que fosse feito um resgate da situação do Comitê para que a Conselheira Evelyne tenha conhecimento preciso, já que vai representar o Comdica no Webinário em pauta. Seguindo a pauta do dia, a presidente solicitou o nome das conselheiras que deverão compor a comissão do Fórum de Aprendizagem na condição de suplente e foi indicada Pâmala Paula Cruz e para o comitê de sub-registro na condição de titular Alaide Pontes. Com relação ao item três que trata da reapresentação do Plano de Aplicação do FMDCA, foi apresentado pela técnica do Comdica



Jéssica Frota e deliberado pelo colegiado, após esclarecimento sobre a atualização: acrescentar nos considerando que foi deliberado e que consta na resolução 51/2020, que quarenta por cento dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sejam destinados a projetos com foco na redução de homicídios de adolescentes. Outra atualização foi dos valores orçamentários conforme a LOA 2021 e dos recursos financeiros. (instrumento descritivo na sede do Comdica para consulta, caso seja necessário). Com relação ao quarto item da pauta que foi a apresentação do Relatório Gerencial do FMDCA referente ao ano 2020, após apresentação pela técnica Jéssica Frota, alguns conselheiros solicitaram que houvesse outra reunião para a apreciação, já que não receberam por e-meio o referido documento com antecedência para uma leitura precisa. Foi agendada uma reunião extraordinária para o dia 14 do corrente mês com pauta única (Relatório Gerencial referente ao ano 2020 - Comdica). Foi solicitado também que a partir desta data, todos os documentos a serem apreciados pelo colegiado seja encaminhado por e-meio com antecedência a reunião para os conselheiros, e, não somente postado no grupo do wahatsApp, embora neste ultimo seja feito uma alusão ao documento encaminhado. Foi concluída a ultima pauta da ordem do dia com a apresentação de propostas para o Plano Plurianual – PPA 2022 a 2025. A comissão de Fundos na pessoa da conselheira Márcia Monte apresentou a proposta para o PPA com recursos do FMDCA e a comissão de orçamento e políticas públicas, na pessoa do conselheiro Bruno, apresentou propostas para o PPA referentes as setoriais. Antes de apresentar as propostas, falou que o Comdica além da gestão do fundo, tem respaldo pelo ECA em deliberar políticas públicas para a criança e o adolescente a serem executadas pelo orçamento criança e adolescente. Todas as duas propostas foram aprovadas pelo colegiado. Bruno explicou ainda que o Comdica encaminhe as propostas para cada setorial especifica e marque reunião com os gestores e membros do comdica para discussão. (documento ficará anexado ata) **encaminhamentos:** 1 – Dar prosseguimento ao processo da aquisição dos exemplares do ECA; 2 – Atualizar o site do Comdica com os novos conselheiros e publicar as atas; 3- Resgatar o posicionamento do comitê de escuta especial para repassar para a conselheira Evelyne, antes do Webinário sobre 18 de



maio; 3 - Encaminhar as propostas do Comdica referentes ao PPA 2022 – 2025 para as setoriais e marcar reuniões com os gestores; 4 - Todos os documentos a serem apreciados pelo colegiado seja encaminhado por e-meio com antecedência a reunião para os conselheiros, e, não somente postado no grupo do whatsapp, embora neste último seja feita uma alusão ao documento encaminhado. Eu, Maria Cristina Cardoso Bezerra, lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais presentes.

Área/Tema/Política	Ação	Meta Física (2022-2025)	Meta Financeira (2022-2025)	Obs:
PROGRAMA CADA VIDA IMPORTA	Realizar o diagnóstico detalhado sobre violência juvenil, com a elaboração de mapa de riscos sociais, incluindo todas as variáveis diretamente relacionadas aos homicídios de adolescentes			Criação de uma Célula ou Coordenadoria responsável pela execução do Programa Cada Vida Importa, garantindo estrutura administrativa e de pessoal adequada.
	Elaboração, implementação e monitoramento do Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade na Infância e na Adolescência do COMDICA;		R\$ 500.000,00	
	Desenvolvimento do programa de profissionalização de adolescentes por meio da aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) no âmbito do setor público e privado;		R\$ 2.500.000,00	
	Ações de mediação de conflitos e proteção a adolescentes ameaçados;		R\$ 2.500.000,00	
	Atendimento jurídico e psicossocial às famílias de adolescentes assassinados, por meio dos programas de atendimento a vítimas de violência e núcleos especializados em infância e adolescência, de forma descentralizada nos territórios;		R\$ 2.500.000,00	
	Realização de atividades de empoderamento das mulheres jovens e chefes de família, proporcionando escolarização e profissionalização para garantia de direitos e projetos de vida de forma autônoma e digna;		R\$ 2.500.000,00	
	Implantação e Desenvolvimento de Programa de Prevenção e Tratamento Especializado para Crianças, Adolescentes e Jovens usuários de substâncias Psicoativas (Álcool e outras Drogas)		R\$ 2.500.000,00	
	Desenvolvimento de atendimento especializado em que arte-educadores e educadores sociais realizem oficinas artísticas, culturais e esportivas com adolescentes, de forma capilarizada, que favoreçam a construção de projetos de vida, em territórios mais vulneráveis aos homicídios;		R\$ 2.500.000,00	
	Manutenção do Comitê Executivo Municipal pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência (CEMPHA)		R\$ 500.000,00	
	Parceria com organizações da sociedade civil para ações voltadas para a redução de homicídios de adolescentes, nos territórios vulneráveis		R\$ 5.000.000,00	

	Desenvolvimento do serviço de acompanhamento comunitário de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, em parceria com a sociedade civil		R\$ 5.000.000,00	
EDUCAÇÃO	Construção e ampliação de Creches e Centros de Educação Infantil, em tempo integral, tendo como meta a universalização da Educação Infantil, realizando busca ativa e ampliando o Registro Único como meio de controle da demanda por matrículas nessa faixa etária.			
	Implantação de oferta de Vagas em Berçário à Crianças de 0 a 1 ano			
	Ampliação de oferta de vagas em creches (1 a 3 anos) na Rede Pública Municipal Patrimonial			
	Garantir uma educação inclusiva na rede de ensino, promovendo matrícula, condições de permanência e êxito na aprendizagem de crianças e adolescentes com deficiência em escolas regulares, em cumprimento à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008).			
	Ampliação dos programas de mediação escolar e práticas restaurativas			
	Implantação e Desenvolvimento de Programa de Prevenção à Evasão Escolar e Homicídios na Adolescência			
	Articular ações de busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, priorizando aqueles em situação de vulnerabilidade e instituindo programas para garantir a permanência destes após o reingresso nas instituições de ensino.			
	Ampliação das Comissões de Proteção e Prevenção à violência contra a criança e o adolescente nas Escolas da Rede Municipal (Lei Estadual nº 17.253/2020);			
	Implantação de Conselho de Acompanhamento, com participação de adolescentes e jovens, de casos de abandono/evasão escolar nas Escolas da Rede Municipal (Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade)			
Ampliação dos serviços de psicologia e implantação dos serviços de serviço social para a rede de ensino, conforme previsto na Lei nº 13.935/2019.				

	<p>Garantir educação inclusiva na rede de ensino por meio das seguintes ações: a) ampliar número de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) e investir na manutenção adequada das SRMs existentes no município para oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE); b) prover, na rede de ensino, os cargos de profissionais de apoio escolar, conforme definidos na Lei nº13.146/2015 e na Nota Técnica nº19/2010 - MEC/SEESP/GAB</p>			
	<p>Fortalecer iniciativas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, mediante ações relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, desenvolvendo, na rede de ensino, projetos curriculares com suporte do Programa Saúde na Escola (PSE)</p>			
	<p>Implementar formação com periodicidade, no mínimo, bimestral para os operadores do sistema de garantia de direitos que atuam em programas, projetos e serviços que atendam direta ou indiretamente crianças e adolescentes em situação de rua, devendo garantir: a) participação obrigatória dos profissionais que atuam no CRAS, CREAS, Serviço de abordagem social, Centro POP e Acolhimento Institucional, Consultório na Rua, CAPS, Conselho Tutelar, Guarda Municipal, Ponte de Encontro, entre outros; b) inclusão obrigatória entre os conteúdos aplicados dos seguintes documentos oficiais: 1) Diretrizes Nacionais para o Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, com ênfase para as resoluções nº 01/2016 e nº 01/2017 (CNAS e CONANDA) e Resolução nº 187/2017 - CONANDA e 2) Comentário Geral nº 21/2017 da ONU sobre os Direitos de crianças e adolescentes em situação de rua e Nota Técnica nº 23/2014 da SECADI-MEC</p>			
	<p>Fortalecer programas de convivência familiar e comunitária, assegurando, nos casos em que se fizer necessário, acolhimento de crianças e adolescentes mais próximo de seu território, com respeito às condições adequadas dos equipamentos, bem como a contratação de profissionais capacitados e valorizados.</p>			
	<p>Fortalecer políticas para acolhimento e apoio às famílias com crianças e adolescentes em situação de rua;</p>			

Políticas destinadas à crianças e adolescentes em situação de rua	Implementação de serviços de mediação: “Centro de Convivência”, proposto pelas Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (CONANDA/CNAS), como estratégia de mediação entre a situação de rua e os serviços da rede de proteção;			
	Fortalecimento da Política Municipal voltada para crianças e adolescentes em situação de rua (Ponte de Encontro - Lei Municipal);			
	Ampliação de vagas em Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes em situação de rua;			
	Realização do Censo Municipal da População em Situação de Rua do Município de Fortaleza com frequência anual (Resolução nº 80/2019 - COMDICA);			Inclusão no anexo de Prioridades - LDO
	Implantação de 3 Consultórios na Rua por território e ampliação da equipe de atendimento, garantindo a composição multidisciplinar formada por: 03 redutores danos, 01 assistente social, 01 psicóloga/o, 01 enfermeira/o e 01 médica/o.			
	Ampliação da equipe do Programa Ponte de Encontro	Contratação mais de 40 Educadores Sociais e 2 Assistentes Sociais		Implementação em 2022
	Aquisição de equipamentos de TI para o Programa Ponte de Encontro	Aquisição de 4 novos equipamentos (computadores de mesa ou notebook)		Implementação em 2022
	Construção de estratégias para recepção, apuração de denúncias e enfrentamento a violência policial contra a população em situação de rua;			
Criar, fortalecer e ampliar os serviços voltados para os cuidados da saúde mental de crianças e adolescentes, incluindo a implantação de Centros de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSi, seguindo a referência de um CAPSi a cada 200.000 habitantes, e outros equipamentos e projetos destinados a esse fim;	11 novos CAPSi implantados			

SAÚDE

<p>Fortalecer iniciativas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, mediante ações direcionadas a crianças, adolescentes, familiares e profissionais da educação relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, desenvolvendo, na rede de ensino, projetos curriculares com suporte do Programa Saúde na Escola (PSE) e do Programa Rede Aquarela;</p>			<p>Rede Aquarela realiza formação para os profissionais da SME sobre violência sexual uma vez por ano com distribuição de material informativo / Campanha 18 de maio com distribuição de material informativo</p>
<p>Ampliar as ações de saneamento básico de competência do Poder Público Municipal como forma de contribuir com a qualidade de vida e com a saúde de crianças e adolescentes;</p>			
<p>Promover atendimento especializado na área da saúde para crianças e adolescentes com deficiência, com oferta de psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, neuropediatras, fonoaudiólogos e demais profissionais qualificados;</p>			
<p>Implantação e Desenvolvimento de Programa de Prevenção e Tratamento Especializado para Crianças, Adolescentes e Jovens usuários de substâncias Psicoativas (Álcool e outras Drogas);</p>			
<p>Criação e desenvolvimento de um Programa de Atenção Especializada a Gravidez na Adolescência onde as adolescentes e seus companheiros possam ser acompanhados por equipes multiprofissionais e tenham assistência adequada em todos os períodos durante e após a gravidez de forma a evitar problemas como a evasão escolar, por exemplo.</p>			
<p>Implantar a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei – PMAISACL (Portaria do Ministério da Saúde nº 1.082/2014);</p>			
<p>Implantação de 3 Consultórios na Rua por território e ampliação da equipe de atendimento, garantindo a composição multidisciplinar formada por: 03 redutores danos, 01 assistente social, 01 psicóloga/o, 01 enfermeira/o e 01 médica/o.</p>			

	Implantação de Unidade de acolhimento terapêutico para álcool e outras drogas;	Implantação de 2 novas Unidades Municipais de Acolhimento Terapêutico - 30 vagas/cada		
Assistência Social	manutenção dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)	27 CRAS	R\$ 5.000.000,00	
	Implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para cada 5.000 famílias			
	REFORMA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE			
	Implantação de Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) a cada 200.000 habitantes, dotando os equipamentos de instalações adequadas e equipes técnicas qualificadas.	7 novos CREAS implantados	R\$ 14.000.000,00	
	Promover Concurso Público para profissionais da política municipal de Assistência Social			
CULTURA	Construção de novos CUCA's direcionados as Regionais não contempladas	8 novos CUCA's implantados		
	Estabelecer um termo de cooperação entre a Rede CUCA e os centros socioeducativos de Fortaleza na perspectiva de apresentar e construir vínculo entre os adolescentes e jovens da Rede Cuca, como uma possível rede de apoio e oportunidade após o término da medida (Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade)			

FUNC	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA (LEI FEDERAL Nº 13.431/2017)	Implantação de 1 novo Centro - 2022		Inclusão no anexo de Prioridades - LDO - Implementação em 2022
	Fortalecimento do Programa Rede Aquarela (Lei - Política Pública Municipal)			
	Manutenção dos Conselhos Tutelares		R\$ 5.000.000,00	
	Implantação de Conselhos Tutelares em conformidade com o previsto na Resolução nº 170/2014 do CONANDA, que recomenda a criação de um Conselho Tutelar para cada 100 mil habitantes.	16 novos Conselhos Tutelares implantados	R\$ 24.000.000,00	Anexo LDO

Garantir que crianças e adolescentes em situação de violência tenham atendimento especializado, por meio de intervenções nas áreas específicas (saúde, segurança, justiça e dos demais órgãos do SGD, de forma articulada, humanizada e desburocratizada, contribuindo com maior eficácia para o empoderamento deste público e de suas famílias, na superação da situação vivida